

EXCELENTÍSSIMO(A) SR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX/UF

**\*Obs.: ação distribuída sob o nº XXXX.XX.X.XXXXXX-X**

**FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, portador do Registro Geral nº X.XXX.XXX SSP/UF e do CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na ENDEREÇO, CEP XX.XXX-XX, telefone XXXXXXXX, vem à presença de Vossa Excelência, por intermédio da *Defensoria Pública do Distrito Federal*, propor a presente

## **ANULAÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO**

Em face de **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, residente e domiciliada na ENDEREÇO, CEP XX.XXX-XXX, telefone XXXXXXXX, e da única herdeira de **FULANO DE TAL**, a saber: **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, residente e domiciliada na ENDEREÇO, CEP XX.XXX-XXX, telefone XXXXXXXX, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

## **DOS FATOS:**

O autor nasceu no dia XX/XX/XXXX e é filho de MÃE DE TAL e PAI DE TAL. O registro de nascimento foi lavrado, por iniciativa do pai, no dia XX/XX/XXXX.

Após a separação dos pais do autor, sua genitora casou-se com o Sr. FULANO DE TAL, já falecido, e alterou o nome para FULANO DE TAL.

Por não aceitar que os filhos de sua esposa tivessem no Registro de Nascimento o nome de outra pessoa como genitor, o Sr. FULANO DE TAL dirigiu-se ao Cartório do Xº Ofício de Registro Civil e Casamentos, Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas do Distrito Federal e promoveu a realização de novos registros de nascimentos para o autor e sua irmã FULANO DE TAL.

Este segundo registro de nascimento foi feito no dia XX/XX/XXXX e nele o Sr. FULANO DE TAL declarou ser o pai do autor, a quem atribuiu o nome de FULANO DE TAL. O Sr. FULANO DE TAL declarou que o nascimento ocorreu no dia XX/XX/XXXX.

O Sr. FULANO DE TAL declarou ainda que o autor possuía uma irmã gêmea, para quem deu o nome de FULANO DE TAL. Porém, FULANO não é irmã gêmea do autor, pois nasceu um ano depois dele, e chama-se, na verdade, FULANO DE TAL.

Com o nome FULANO DE TAL, o autor cursou até a Xª série do Ensino Fundamental (1º grau), conforme fotocópias de documentos em anexo.

Porém, quando foi retirar seus documentos pessoais (RG e CPF), tendo total conhecimento da troca de seu nome, e por não

concordar com esta troca, o autor decidiu voltar a usar seu verdadeiro nome, ou seja, Marcelo de Souza Rodrigues.

Assim, usando o seu verdadeiro nome, o autor praticou diversos atos civis, como por exemplo, a sua apresentação ao Serviço Militar, e recentemente o seu casamento. Na verdade, o autor sempre foi conhecido no meio social por FULANO DE TAL. O autor somente se apresentou com o nome FULANO DE TAL no âmbito escolar.

Ocorre que toda vez que precisa comprovar sua escolaridade, o autor vê-se obrigado a tentar explicar o fato, porém tem se deparado com a incredulidade das pessoas diante desta história.

Saliente-se que no histórico escolar anexo, expedido pela Fundação Educacional do Distrito Federal em nome de "FULANO DE TAL", consta que o ex-aluno em questão teria nascido no dia XX/XX/XXXX e cursado a primeira série no ano de ANO.

Contudo, a data de nascimento mencionada no histórico escolar não corresponde à data de nascimento constante do registro de nascimento de "FULANO DE TAL" (XX/XX/XXXX). Aliás, a análise do histórico escolar comprova que era impossível que "FULANO DE TAL" tivesse nascido na data constante do seu registro de nascimento, pois ele cursou a primeira série em ANO e se tivesse nascido no dia XX/XX/XXXX teria ingressado na primeira série com apenas X (XXXX) anos de idade!

Na verdade, a data de nascimento que consta no histórico escolar de "FULANO DE TAL" é o dia de nascimento constante do primeiro registro de nascimento do autor, "FULANO DE TAL".

A análise dos dados acima apontados corrobora a versão do autor de que o padraсто efetuou um segundo registro de nascimento, atribuindo ao autor um nome diferente e declarando data de nascimento e filiação incorretas.

O autor pretende obter a anulação judicial do seu segundo registro de nascimento, e em consequência obter a retificação, junto à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, do cadastro escolar e do histórico relativos à sua pessoa, mas que constam em nome de "FULANO DE TAL".

Para tanto, o autor postula a expedição de mandado à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, para determinar que providencie a retificação do cadastro e do histórico escolar relativos ao autor, alterando o nome do autor de "FULANO DE TAL" (nome constante do registro de nascimento anulado - 2º registro) para "FULANO DE TAL" (nome constante do registro de nascimento válido - 1º registro).

## **DO DIREITO:**

**A competência para apreciar a nulidade do registro de nascimento, quando há repercussão quanto ao estado da pessoa, é da Vara de Família.**

No caso, a anulação do segundo registro de nascimento implicará na declaração de que o autor não é filho de FULANO DE TAL, de que o autor não se chama FULANO DE TAL e de que ele não nasceu no dia XX/XX/XXXX. Tratam-se de alterações que repercutirão de forma intensa no estado do autor.

A Jurisprudência adota o entendimento de que a competência é da Vara de Família em casos como o presente, conforme se observa dos seguintes julgados:

|                       |   |  |
|-----------------------|---|--|
| <b>Órgão</b>          | : | 1ª Câmara Cível  |
| <b>Classe</b>         | : | CCP - Conflito de Competência  |
| <b>Num. Processo</b>  | : | 2001 00 2 001488-2   |
| <b>Suscitante</b>     | : | JUIZ DE DIREITO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL |
| <b>Suscitado</b>      | : | JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DE BRASÍLIA/DF                   |
| <b>Interessado(s)</b> | : | L. A. B. M. E OUTRO(S)(AS)   |
| <b>Relator</b>        | : | Desembargador JOÃO MARIOSA   |

#### EMENTA

**PROCESSUAL CIVIL - CONFLITO DE COMPETÊNCIA - ANULAÇÃO DE REGISTRO CIVIL - EXISTÊNCIA DE DUAS CERTIDÕES DE NASCIMENTO - PAIS BIOLÓGICOS E “ADOÇÃO À BRASILEIRA” - APRECIÇÃO: QUESTÃO DE ESTADO - COMPETÊNCIA: VARA DE FAMÍLIA.**

1 - Compete aos Juízes das Varas de Família, processar e julgar as ações de Estado, conforme art. 28 da Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal.

2 - Ação que visa anular registro de nascimento, envolve matéria de estado, pois diz respeito a direito cogente indisponível, que ultrapassa, a mera anulação administrativa de uma das certidões de nascimento.

#### Acórdão

Acordam os Desembargadores da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, JOÃO MARIOSA - Relator, ESTEVAM MAIA - Vogal, DÁCIO VIEIRA - Vogal, WELLINGTON MEDEIROS - Vogal, JERONYMO DE SOUZA - Vogal, VERA LÚCIA ANDRIGHI - Vogal, SILVÂNIO BARBOSA - Vogal, ARNOLDO CAMANHO - Vogal e ROBERVAL BELINATI - Vogal, sob a presidência do Desembargador VALTER XAVIER, em **JULGAR PROCEDENTE O CONFLITO PARA DECLARAR COMPETENTE O JUIZ DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DE BRASÍLIA/DF. UNÂNIME**, de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

**Órgão** : 3ª Câmara Cível  
**Classe** : Conflito de Competência nº 2006.00.2.007509-9  
**Suscitante** : Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Taguatinga - DF  
**Suscitado** : Juiz de Direito da 3ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões de Taguatinga - DF  
**Relator** : Desembargador Dácio Vieira

**EMENTA**

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ANULAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. VERIFICAÇÃO DO ESTADO DE FILIAÇÃO. COMPETÊNCIA DA VARA DE FAMÍLIA.**

- A ação que visa à anulação de registro de nascimento, em que resta imprescindível a análise do estado de filiação, envolve matéria de estado e atrai a competência da Vara de Família para processar e julgar o feito, de conformidade com a disposição do artigo 28, da Lei nº 8.185/85 **[Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal]**. Precedentes Jurisprudenciais.

O art. 1604 do Código Civil estabelece que “ninguém pode vindicar estado contrário ao que resulta do registro de nascimento, salvo provando-se erro ou falsidade do registro”. Nesse sentido é a jurisprudência:

*“A alteração fraudulenta do registro civil, com falsidade nas declarações, possibilita ao registrado e a qualquer interessado promover a anulação do registro, inclusive ao próprio declarante (5ª CC do TJSP, Apel.nº 217.062)” (WILSON BUSSADA, “Código Civil Brasileiro, interpretado pelos Tribunais”, vol. 2, tomo V, p. 276).*

No caso, há de ser determinada a anulação do segundo registro de nascimento, pois este contém dados inverídicos, inclusive quanto ao nome do autor, à paternidade e à data de nascimento.

## **DOS PEDIDOS:**

De acordo com o exposto, requer:

1. Que seja deferida a justiça gratuita, por ser o autor economicamente hipossuficiente, não tendo condições de arcar com as despesas decorrentes do processo, conforme autoriza a Lei 1.060/50;
2. A intimação do Ilustre membro do Ministério Público;
3. A citação dos réus para apresentarem resposta, caso queiram, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato;
4. A procedência do pedido, para anular o registro de nascimento de "FULANO DE TAL", lavrado no Cartório do Xº Ofício de Registro Civil e Casamentos, Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas de XXXXX/UF (Livro X, Folha XXX número XXXX, datado de XX/XX/XXXX);
5. Que seja julgado procedente o pedido para a retificação de seu HISTÓRICO ESCOLAR, para que os dados escolares que estão nome outrora usado pelo autor, FULANO DE TAL, sejam declarados como de FULANO DE TAL.
6. A intimação dos representantes da FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL e do CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL Nº X DE XXXXXXXX - UF, além daqueles que o juiz julgar necessário.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial por meio de prova documental e oitiva das testemunhas a serem oportunamente arroladas.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXX,00 (VALOR POR EXTENSO reais).

XXXXX/UF, DIA de MÊS de ANO.

Nestes termos, pede deferimento.

---

**FULANO DE TAL**

**Autor**

---

**Defensor(a) Público(a)**